

## PARA O FORTALECIMENTO DE UMA PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: REFLETINDO SOBRE A VARIAÇÃO NA BNCC À LUZ DOS PRESSUPOSTOS DA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL

---

*FOR THE STRENGTHENING OF A PEDAGOGY OF LINGUISTIC VARIATION:  
REFLECTING ON VARIATION IN THE BNCC IN LIGHT OF THE PRINCIPLES OF  
EDUCATIONAL SOCIOLINGUISTICS*

**Marcus Garcia de Sene**

Universidade de Pernambuco

marcus.sene@upe.br

<https://orcid.org/0000-0002-2715-5294>

**Fernando Augusto de Lima Oliveira**

Universidade de Pernambuco

fernando.augusto@upe.br

<https://orcid.org/0000-0001-8739-2825>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar o tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à luz dos pressupostos da Sociolinguística Educacional e da Pedagogia da Variação Linguística, identificando limites e potencialidades para sua transposição didática no ensino de Língua Portuguesa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, desenvolvida no âmbito do projeto “Bases para uma pedagogia da variação linguística: língua, variação e valores sociais (2024–2025)”. A análise evidencia que, embora a BNCC reconheça a diversidade linguística em diferentes etapas da Educação Básica, suas orientações tendem a assumir caráter generalista, favorecendo leituras normativas ou reducionistas da variação. Como encaminhamento, o estudo propõe a organização das habilidades em quatro eixos articuladores e defende a centralidade da formação docente para a efetivação de uma pedagogia da variação, orientada pela justiça sociolinguística e pelo empoderamento dos sujeitos escolares.

**Palavras-chave:** Pedagogia da variação linguística; BNCC; Sociolinguística Educacional

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the treatment of linguistic variation in the National Common Core Curriculum (BNCC), in light of the principles of Educational Sociolinguistics and the Pedagogy of Linguistic Variation, identifying limits and potentialities for its didactic transposition in Portuguese language teaching. This is a qualitative, documentary-based study developed within the research project “Foundations for a pedagogy of linguistic variation: language, variation, and social values (2024–2025).” The analysis shows that, although the BNCC acknowledges linguistic diversity across different stages of Basic Education, its guidelines tend to assume a generalist character, favoring normative or reductionist readings of variation. As an outcome, the study proposes organizing the skills into four articulating axes and argues for the centrality of teacher education in the implementation of a pedagogy of variation guided by sociolinguistic justice and the empowerment of school subjects.

**Keywords:** Pedagogy of linguistic variation; BNCC; Educational Sociolinguistics.

## INTRODUÇÃO

A crença na existência de uma norma linguística única, homogênea e imutável, ainda hoje, atravessa de maneira estruturante o espaço escolar brasileiro, refletindo um modelo de ensino de língua portuguesa fortemente ancorado em ideologias normativas e excludentes. Tal concepção está enraizada em uma tradição gramatical que remonta à colonização e à institucionalização da escola como aparelho ideológico de Estado (cf. Althusser, 1971), no qual a língua passa a ser regulada por padrões hegemônicos associados à elite letrada. A persistência do mito da homogeneidade linguística — como já denunciado por autores como Bortoni-Ricardo (2004), Travaglia (2009) e Bagno (2011) — contribui para a reiteração de práticas pedagógicas que silenciavam (e muitas vezes ainda silenciam) a diversidade linguística brasileira, apagando os múltiplos repertórios de fala, de escrita e de sentido construídos por sujeitos oriundos de diferentes realidades socioculturais.

Esse imaginário linguístico de uma língua una e hierarquicamente organizada promove uma concepção equivocada de correção e legitimidade, sustentada pelo foco exclusivo na norma culta padrão como único modelo aceitável (Milroy, 2011; Faraco, 2008). Tal enfoque não apenas invisibiliza a realidade plurilíngue e pluridialetoal dos estudantes, mas também legitima práticas escolares que reforçam desigualdades sociais e epistemológicas. Conforme orienta Perini (2006), a norma culta ensinada nas escolas frequentemente se afasta da língua realmente usada por seus falantes e impõe, de maneira relativamente artificial, padrões de uso que se alinham mais a uma visão elitista e eurocêntrica da língua do que a uma compreensão científica do seu funcionamento.

Dessa forma, o ensino de português, ao ignorar os condicionantes históricos, sociais e ideológicos que moldam a variação linguística, distancia-se dos postulados da Sociolinguística contemporânea e compromete a construção de uma educação verdadeiramente democrática. Tais postulações, embora amplamente reconhecidas e consolidadas no âmbito da Sociolinguística, ainda encontram dificuldades concretas para se efetivar no contexto escolar brasileiro. Essa lacuna evidencia, conforme argumenta Oliveira (2024), a urgência de repensar, com base na teoria da transposição didática proposta por Chevallard (1991), os mecanismos pelos quais os saberes científicos são convertidos em saberes escolares<sup>1</sup>.

Assim, é imperativo que o conhecimento sociolinguístico seja transposto para o contexto escolar em sua complexidade, articulando os fundamentos teóricos da área com estratégias pedagógicas que promovam a consciência crítica sobre os usos da língua, os processos de estigmatização linguística e os vínculos entre linguagem e identidade. Essa transposição exige do professor não apenas domínio conceitual, mas também sensibilidade didática para converter saberes especializados em experiências de aprendizagem significativas, que valorizem a diversidade linguística dos alunos e contribuam para a construção de uma educação comprometida com a equidade e a justiça social (Sene, Silva, 2022).

---

1 A teoria francesa da transposição didática parte da premissa de que o conhecimento produzido nas instâncias científicas não chega diretamente à sala de aula, sendo necessário um processo de recontextualização que considere os objetivos pedagógicos, as condições institucionais e as características do público escolar.

A Sociolinguística, especialmente em suas vertentes crítica e educacional, tem desempenhado papel fundamental na denúncia desses processos e na proposição de alternativas pedagógicas que reconheçam a variação linguística como dimensão constitutiva da língua e do sujeito. Conforme Labov (1972), toda variedade linguística é sistemática e adequada a seu contexto de uso, sendo a estigmatização de certos usos produto de juízos sociais, e não linguísticos. Nesse sentido, a Sociolinguística Educacional, formulada por Bortoni-Ricardo (2004, 2005), propõe seis princípios norteadores para o ensino da língua em contextos de diversidade, defendendo uma abordagem que respeite a competência comunicativa dos falantes, promova a consciência sociolinguística e contribua para a justiça social.

Aliando-se a essa perspectiva, Bell (2016) propõe uma Sociolinguística socialmente construída, na qual os usos linguísticos são concebidos como performativos e situados porque emergem de práticas interacionais concretas, atravessadas por papéis sociais, expectativas normativas e relações assimétricas de poder. Compreender a língua nesses termos implica reconhecer que as formas linguísticas não são neutras nem meramente estruturais, mas funcionam como recursos simbólicos por meio das quais identidades são negociadas, hierarquias são reproduzidas ou contestadas e sentidos sociais são continuamente (re)construídos (Paza, Gorski, 2025; Torres, Sene, 2025). É justamente essa compreensão que torna incontornável, no campo educacional, a necessidade de uma pedagogia linguística que vá além da descrição da variação, problematizando as ideologias normativas que sustentam a centralidade da norma padrão e produzem exclusões no espaço escolar.

Nesse sentido, Zilles e Faraco (2025) defendem a urgência de uma Pedagogia da Variação Linguística porque a simples tolerância das diferenças não é suficiente para enfrentar o preconceito linguístico estrutural; faz-se necessário promover o empoderamento linguístico dos sujeitos, de modo que reconheçam o valor social de suas práticas linguísticas. Tal proposta exige, consequentemente, a formação de professores críticos, capazes de articular saberes científicos e escolares não apenas do ponto de vista didático, mas também ético e político, assumindo a escola como espaço de intervenção social e de transformação das desigualdades linguísticas.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, vinculado ao projeto “Bases para uma pedagogia da variação linguística: língua, variação e valores sociais (2024–2025)”, financiado pela Universidade de Pernambuco via edital de Apoio à Pesquisa. Partindo da compreensão de que documentos curriculares exercem papel estruturante na organização do trabalho pedagógico, esta pesquisa toma como objeto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e problematiza o modo como a variação linguística é nela formulada, distribuída e operacionalizada no componente de Língua Portuguesa. Embora a BNCC reconheça a diversidade linguística e indique, em diferentes trechos, a necessidade de tematizar valores atribuídos a variedades de prestígio e estigmatizadas (BRASIL, 2018), a literatura tem apontado que formulações generalistas podem favorecer leituras reducionistas, seja pela restrição da variação a traços pontuais (muitas vezes lexicalizados), seja pela captura do tema por uma lógica de “adequação” que não explicita suficientemente as relações de poder que definem legitimidades linguísticas.

Desse modo, a questão central que orientou o projeto de pesquisa que aqui se reporta é: em

que medida o tratamento da variação linguística na BNCC converge com princípios da Sociolinguística Educacional e com a Pedagogia da Variação Linguística, bem como em identificar limites e potencialidades para a transposição de tais orientações em práticas pedagógicas críticas e inclusivas. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar documentalmente as competências e habilidades de Língua Portuguesa da BNCC que tratam direta ou indiretamente da variação linguística, sistematizando-as em eixos de aproximação conceitual e pedagógica e, a partir desse mapeamento, propor subsídios para a formação docente por meio de uma trilha formativa voltada ao empoderamento do professor. Para tanto, o estudo organiza as habilidades em quatro eixos articuladores — (1) reconhecimento e valorização da diversidade linguística; (2) análise dos efeitos de sentido da variação nos discursos; (3) uso adequado e consciente das variedades nos gêneros e situações comunicativas; e (4) reflexão crítica sobre normas, gramáticas e ideologias linguísticas — entendendo que essa sistematização favorece a inteligibilidade do documento e evita leituras fragmentadas, além de oferecer uma base mais robusta para a transposição dos saberes sociolinguísticos em saberes escolares ensináveis — conforme orienta Oliveira (2024).

Além desta introdução, o artigo apresenta, inicialmente, uma rápida fundamentação teórica sobre Sociolinguística Educacional e Pedagogia da Variação Linguística, a metodologia de revisão teórica e análise documental, explicitando os critérios de seleção e categorização das habilidades. Em seguida, discute-se o mapeamento das competências e habilidades da BNCC relativas à variação linguística, evidenciando convergências e lacunas em diálogo com a Sociolinguística Educacional. Por fim, propõe-se uma trilha formativa docente, concebida como encaminhamento propositivo que articula transposição didática e letramento crítico, visando a consolidar uma pedagogia da variação linguística orientada por justiça sociolinguística e compromisso ético-político no ensino de Língua Portuguesa.

## SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL E PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A Sociolinguística, enquanto campo de investigação científica, constitui-se como uma inflexão teórico-metodológica decisiva na história da Linguística. Consolidada a partir da década de 1960 com os trabalhos pioneiros de William Labov, esse campo insurgente desloca o foco da análise linguística para a dimensão social dos usos da língua, rejeitando a visão homogênea e abstrata do sistema linguístico presente nas correntes estruturalistas e gerativistas. A partir de estudos empíricos em comunidades urbanas, Labov (1972) demonstrou que as variações na fala não são fruto de “desvios” individuais ou falhas comunicativas, mas seguem padrões regulares condicionados por variáveis sociais como classe, idade, sexo, etnia, grau de escolaridade e contexto situacional. Ao reconhecer a heterogeneidade estruturada da língua — isto é, a coexistência de regras variáveis e categóricas —, a Sociolinguística inaugura uma virada epistemológica na Linguística ao integrar a língua e o sujeito em sua historicidade e condição social (cf. Weinreich; Labov; Herzog, 2006).

No Brasil, esse paradigma encontra ressonância e desdobramentos importantes em autores como Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Faraco (2008) e Bagno (2007), os quais consolidam a chamada Sociolinguística Educacional. Essa vertente propõe uma abordagem crítica e situada do ensino de língua materna, comprometida com a valorização dos falares dos estudantes e com a desconstrução de práticas linguísticas excludentes que historicamente marginalizam variedades não prestigiadas do português brasileiro. Em lugar de uma concepção normativa e essencialista da língua, esses autores defendem uma visão sociocultural da linguagem como prática situada, plural e ideologicamente constituída.

A Sociolinguística Educacional, conforme sistematizada por Bortoni-Ricardo (2005), apoia-se em seis princípios norteadores que propõem uma mudança paradigmática no ensino de língua:

- (a) 1º princípio: A escola deve favorecer o domínio dos estilos monitorados da língua, facilitando sua incorporação ao repertório dos alunos
- (b) 2º Princípio: As regras variáveis não devem ser objeto de correção, pois têm valor sociossimbólico, sem impacto direto nos estilos monitorados.
- (c) 3º Princípio: A variação linguística deve ser compreendida a partir de sua inserção em contextos sociais desiguais.
- (d) 4º Princípio: A escola deve substituir a dicotomia “português culto vs. errado” por “letramento vs. oralidade”.
- (e) 5º Princípio: Análise da variação deve partir da observação etnográfica e do sentido que assume nas interações.
- (f) 6º Princípio: A formação docente deve visar à conscientização crítica sobre variação e desigualdade social.

Esse movimento é fortalecido pelas contribuições contemporâneas de Allan Bell (2016), que propõe uma Sociolinguística Socialmente Constituída, em que os significados linguísticos são compreendidos como indexicalizadores de posições identitárias, atitudes sociais e pertencimentos culturais. A linguagem, nesse modelo, não apenas representa a realidade, mas a performa: os sujeitos constroem suas identidades por meio da escolha estilística das variantes e, ao fazê-lo, inscrevem-se em regimes de poder e reconhecimento. Tal perspectiva amplia a função do ensino de língua, convocando o professor a considerar os usos linguísticos como práticas de resistência, negociação e afirmação de subjetividades.

À luz desse horizonte teórico, Zilles e Faraco (2005) sistematizam a proposta de uma Pedagogia da Variação Linguística, cuja finalidade não se restringe à tolerância das diferenças linguísticas, mas visa à construção de uma formação crítica, ética e emancipadora. Essa pedagogia se ancora na compreensão de que a escola, ao invés de impor um modelo monolítico de língua, deve tornar-se um espaço de legitimação da pluralidade linguística que compõe a realidade sociocultural dos estudantes. Segundo Faraco (2008), é fundamental abandonar a lógica da correção e do erro — herança do normativismo autoritário — e adotar uma lógica de explicitação e problematização



dos usos linguísticos, reconhecendo que os falantes não erram ao se afastar da norma-padrão, mas apenas mobilizam outras variedades igualmente legítimas do português brasileiro.

A pedagogia da variação, portanto, assume como pressuposto a superação do modelo deficitário de ensino que ancora sua prática na noção de erro, promovendo, em seu lugar, uma perspectiva de valorização dos repertórios linguísticos dos estudantes e de reconhecimento das múltiplas formas legítimas de expressão (Faraco, 2008; Faraco, Zilles, 2015). Para tanto, ela deve operar como eixo transversal da prática educativa, mobilizando os docentes a repensarem seus referenciais teóricos, suas metodologias de ensino e suas concepções de linguagem, que historicamente reforçaram processos de silenciamento e exclusão.

Além disso, a Pedagogia da Variação Linguística implica a articulação entre os saberes científicos produzidos no campo da sociolinguística e os saberes escolares forjados nas práticas de sala de aula. Como ressalta Faraco (2010), o professor precisa compreender que o ensino de língua portuguesa é, em essência, uma prática política, pois envolve disputas simbólicas em torno de quais formas de falar e escrever são legitimadas. Essa articulação exige, portanto, um esforço epistemologicamente rigoroso e politicamente engajado por parte dos professores, que passam a ser agentes de mediação crítica entre os conhecimentos acadêmicos e as experiências linguísticas dos estudantes (Oliveira, 2024; Sene, Barbosa, 2024). Nesse sentido, a variação não deve ser tratada como capítulo isolado do conteúdo gramatical, mas como campo estruturante de uma educação linguística democrática, comprometida com o combate ao preconceito e com a promoção de práticas de letramento que respeitem a diversidade sociolinguística brasileira.

Assim, a pedagogia da variação configura-se como um projeto ético-político que busca inscrever a escola no movimento mais amplo de reconhecimento das diferenças e de luta contra as desigualdades simbólicas. Como afirmam Zilles e Faraco (2005), o ensino de língua portuguesa deve ter como horizonte a formação de sujeitos que compreendam os condicionantes sociais dos usos linguísticos e sejam capazes de refletir criticamente sobre os mecanismos de exclusão operados por discursos de autoridade gramatical. Trata-se, portanto, de formar cidadãos linguisticamente conscientes, capazes de agir com autonomia e responsabilidade em uma sociedade plural e desigual.

Nessa perspectiva, como já constataam alguns estudos, a variação linguística não pode ser tratada como um conteúdo periférico do currículo de língua portuguesa, tampouco como um apêndice folclórico ou regionalista (Amaral, S. S. M. ; Silva, A. M. ; Sene, M. G, 2022; Sene, M. G.; Silva, M. C. A. ; Araujo, S. S. F, 2017). Trata-se de uma categoria epistemológica que sustenta uma concepção de linguagem como práxis social e como instrumento de luta por reconhecimento. Conforme destacam Paza e Görski (2024), a Sociolinguística Educacional tem o potencial de fomentar uma educação linguística que promova a justiça sociolinguística, o que implica repensar os materiais didáticos, as avaliações escolares e os processos formativos de professores à luz de uma pedagogia plural, equitativa e crítica.

Portanto, a Pedagogia da Variação Linguística configura-se como uma prática de transgressão dos modelos normativos excludentes que ainda orientam a escola. Sua adoção implica deslocar o eixo do ensino de língua da prescrição normativa para a reflexão sobre a linguagem como cons-

trução social, resgatando o valor epistemológico e político da diversidade linguística brasileira. Trata-se, assim, de uma pedagogia que reconhece a pluralidade como força e não como obstáculo, e que visa constituir sujeitos leitores do mundo, capazes de interpretar criticamente os discursos que os atravessam e os moldam.

## METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho teórico-analítico e documental, fundamentada em referenciais da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005), da Sociolinguística Socialmente Constituída (Bell, 2016) e da Pedagogia da Variação Linguística (Zilles; Faraco, 2025). A fonte primária de reflexão e elaboração teórica vincula-se ao projeto de pesquisa intitulado “Bases para uma pedagogia da variação linguística: língua, variação e valores sociais”, desenvolvido entre 2024 e 2025 e financiado pela Universidade de Pernambuco, via edital de Apoio à Pesquisa.

Do ponto de vista procedimental, a pesquisa mobilizou três frentes metodológicas complementares: (i) revisão de literatura crítica sobre a área mãe do projeto; (ii) análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018); e (iii) proposição de uma trilha formativa docente. Essas frentes foram concebidas de maneira integrada, de modo que a fundamentação teórica subsidiasse a leitura crítica do currículo prescrito e, por sua vez, os achados da análise documental orientassem a elaboração de uma proposta formativa voltada ao empoderamento docente.

A primeira frente consistiu em uma revisão de literatura crítica, com seleção de obras fundamentais para a compreensão da Sociolinguística Educacional e de suas implicações para a formação docente e para a prática pedagógica. Foram privilegiados autores como Bortoni-Ricardo (2005), Faraco (2008, 2010), Bagno (2007, 2011) e Bell (2016), além de contribuições recentes que dialogam com o tema e com o escopo do projeto, a exemplo de Sene e Oliveira (2024) e Paza e Görski (2024), entre outros. Essa revisão teve como finalidade construir um arcabouço teórico que sustentasse a interpretação dos documentos oficiais, explicitasse a dimensão ideológica dos processos de normatização linguística e amparasse a elaboração de proposições didático-formativas coerentes com uma educação linguística plural e socialmente comprometida.

A segunda frente correspondeu à análise documental da BNCC (Brasil, 2018), tomada como corpus central de exame por seu caráter normativo e por seu impacto na organização dos currículos escolares. A leitura crítica concentrou-se nas competências e habilidades de Língua Portuguesa relativas ao Ensino Fundamental (anos finais) e ao Ensino Médio, com atenção específica às formulações que tratam direta ou indiretamente da variação linguística, da diversidade de usos, da norma-padrão e do preconceito linguístico. Para a seleção e o mapeamento das habilidades, adotaram-se como critérios: (a) menções explícitas à variação, às variedades linguísticas e à diversidade; (b) referências à adequação linguística, aos registros e aos contextos de uso; (c) ocorrência de termos relacionados à norma-padrão, a valores atribuídos às variedades e à rejeição do preconceito

linguístico; e (d) articulações entre escolhas linguísticas e efeitos de sentido em gêneros e práticas discursivas.

Em seguida, as habilidades selecionadas foram sistematizadas em quadros sinóticos e organizadas em quatro eixos de aproximação conceitual e pedagógica — (1) reconhecimento e valorização da diversidade linguística; (2) análise dos efeitos de sentido da variação nos discursos; (3) uso adequado e consciente das variedades nos gêneros e situações comunicativas; e (4) reflexão crítica sobre normas, gramáticas e ideologias linguísticas — com o objetivo de superar uma leitura fragmentada do documento e de evidenciar regularidades, tensões e lacunas no tratamento da variação linguística na BNCC. Nessa etapa, foram também consideradas ausências sintomáticas e formulações de caráter generalista que, no contexto escolar, podem favorecer interpretações normativas e reduzir a complexidade do fenômeno sociolinguístico, especialmente no que se refere à explicitação das relações de poder que sustentam processos de estigmatização e prestígio.

A terceira frente metodológica consistiu na proposição de uma trilha formativa docente, elaborada a partir dos resultados da revisão teórica e da análise documental. Essa proposição orienta-se pelos princípios da transposição didática (Chevallard, 1991) e pelas abordagens de letramento crítico (Street, 2014), concebendo a formação continuada como espaço de mediação entre saberes científicos e saberes escolares. A trilha foi estruturada em eixos temáticos interdependentes e tem como objetivo instrumentalizar professores para atuarem como mediadores críticos entre o conhecimento linguístico produzido na academia e as experiências languageiras dos sujeitos escolares, promovendo práticas pedagógicas sensíveis à diversidade e comprometidas com a justiça sociolinguística. Desse modo, a metodologia não se restringe à interpretação do currículo prescrito, mas se orienta por uma finalidade propositiva, buscando produzir subsídios teórico-metodológicos que favoreçam a operacionalização, em sala de aula, de uma pedagogia da variação linguística entendida como prática ética, política e epistemológica.

A articulação entre revisão crítica da literatura, análise documental da BNCC e elaboração de uma proposta formativa permite que a pesquisa examine, de forma rigorosa, as potencialidades e os limites do documento curricular, ao mesmo tempo em que delineia encaminhamentos concretos para o fortalecimento da formação docente e para a consolidação de uma educação linguística plural, crítica e inclusiva.

## ANÁLISE DOCUMENTAL DA BNCC<sup>2</sup>

Ao definir as aprendizagens essenciais que devem servir de referência para os currículos escolares, a BNCC aborda de maneira explícita a importância do trabalho com a variação e diversidade linguística tanto no ensino fundamental quanto no médio. O tema é citado desde o texto intro-

---

<sup>2</sup> Agradecimento especial a Grace Kelly Souza Evangelista e Paulo Henrique Alves da Silva, ambos mestrands do Pro-fletras da UPE/Garanhuns da turma 11 pelo auxílio na coleta e condução da sistematização das habilidades da BNCC.



dutoário até a definição das competências e habilidades específicas de língua portuguesa. Além do reconhecimento da legitimidade da variação, a BNCC, ao apresentar o eixo de análise linguística/semiótica, aponta a relevância de se apresentar também o valor social que é atribuído às diferentes variantes, como pode ser percebido no trecho:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2018, p. 81).

A título de proporcionar uma visão mais abrangente, nos quadros a seguir, apresenta-se como a temática da variação aparece nas competências e habilidades de Língua Portuguesa (LP) nesse documento norteador.

**Quadro 1** - Quadro das Competências Específicas de LP relacionadas à variação na BNCC

Nível de Ensino	Competência	Descrição da Competência
Fundamental	1	Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
Fundamental	4	Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
Fundamental	5	Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
Médio	4	Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

Fonte: elaborado pelos autores.

**Quadro 2** - Quadro das Habilidades de Língua Portuguesa relacionadas à variação na BNCC

Ano Escolar	Código da Habilidade	Descrição da Habilidade
3º ao 5º ano	(EF35LP11)	Ouvir gravações, canções, textos falados em diferentes variedades linguísticas, identificando características regionais, urbanas e rurais da fala e respeitando as diversas variedades linguísticas como características do uso da língua por diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, rejeitando preconceitos linguísticos.
3º ao 5º ano	(EF35LP22)	Perceber diálogos em textos narrativos, observando o efeito de sentido de verbos de enunciação e, se for o caso, o uso de variedades linguísticas no discurso direto.
3º ao 5º ano	(EF35LP30)	Diferenciar discurso indireto e discurso direto, determinando o efeito de sentido de verbos de enunciação e explicando o uso de variedades linguísticas no discurso direto, quando for o caso.
5º ano	(EF05LP21)	Analisar o padrão entonacional, a expressão facial e corporal e as escolhas de variedade e registro linguísticos de <i>vloggers</i> de <i>vlogs</i> opinativos ou argumentativos.
6º ao 9º ano	(EF69LP07)	Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação -, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semiótica apropriada a esse contexto [...]
6º ao 9º ano	(EF69LP12)	Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/ <i>redesign</i> (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos, à forma composicional e estilo de gêneros, a clareza, progressão temática e variedade linguística empregada [...]

6º ao 9º ano	(EF69LP47)	Analisar, em textos narrativos ficcionais, as diferentes formas de composição próprias de cada gênero, os recursos coesivos que constroem a passagem do tempo e articulam suas partes, a escolha lexical típica de cada gênero para a caracterização dos cenários e dos personagens e os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso, dos verbos de enunciação e das variedades linguísticas (no discurso direto, se houver) empregados [...]
6º ao 9º ano	(EF69LP52)	Representar cenas ou textos dramáticos, considerando, na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas (timbre e tom de voz, pausas e hesitações, entonação e expressividade, variedades e registros linguísticos) [...]
6º ao 9º ano	(EF69LP55)	Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.
6º ao 9º ano	(EF69LP56)	Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.
9º ano	(EF09LP12)	Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.
1º ao 3º ano	(EM13LGG401)	Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
1º ao 3º ano	(EM13LGG402)	Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.

1º ao 3º ano	(EM13LP09)	Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber as diferenças de abordagem e o fenômeno da variação linguística e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola.
1º ao 3º ano	(EM13LP10)	Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos.
1º ao 3º ano	(EM13LP15)	Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.), sempre que o contexto o exigir.

1º ao 3º ano	(EM13LP16)	Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.).
--------------	------------	---

Fonte: elaborado pelos autores.

Após a análise das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constata-se que a temática da variação linguística é contemplada em todas as etapas da Educação Básica e em diferentes dimensões relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa. Entre essas orientações, destaca-se a habilidade EM13LP10, que recomenda explicitamente o trabalho com a diversidade linguística em seus múltiplos níveis e dimensões, alinhando-se ao foco desta pesquisa. Ao realizar um contraponto entre essas diretrizes e os princípios da Sociolinguística Educacional, tal como formulados por Bortoni-Ricardo (2005), percebe-se que há pontos de convergência importantes, mas também lacunas que sinalizam a necessidade de aprimoramento no planejamento didático do professor que toma o documento como referência.

A BNCC, embora avance ao reconhecer a diversidade linguística como objeto de ensino, ainda tende a apresentar orientações de caráter generalista, que podem diluir a complexidade do fenômeno da variação. Nesse sentido, os princípios da Sociolinguística Educacional oferecem um aprofundamento teórico-metodológico capaz de auxiliar o docente na efetiva transposição didática desses conteúdos para a sala de aula, o que reforça a importância de compreender os referidos princípios para o trabalho efetivo com a variação.

A habilidade EF35LP11 introduz um aspecto fundamental ao ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais: a escuta de textos orais em diferentes variedades linguísticas, com ênfase na rejeição de preconceitos. Essa proposta rompe com a tradição normativa que homogeneiza a língua, permitindo reconhecer sua natureza plural. Está em consonância com o 3º princípio da Sociolinguística Educacional, que defende a inserção da variação na matriz escolar, e com o 6º princípio, que busca promover a consciência crítica das desigualdades sociais. No caso da EF35LP22, o foco recai sobre o trabalho com diálogos narrativos e o uso de variedades no discurso direto. Essa habilidade possibilita que os alunos percebam a língua em situações de interação, articulando-se ao 2º princípio, que enfatiza os valores sociossimbólicos das variantes, e ao 4º princípio, que vincula a variação às práticas de letramento. Contudo, há o risco de que a variação seja reduzida a um recurso estilístico ou caricatural, restrito ao campo da caracterização de personagens. Caso os docentes adotem essa abordagem, ela poderá obscurecer as relações de poder que associam variedades a estigmas

sociais. Para fortalecer a habilidade, seria necessário incluir práticas de análise crítica que revelassem como os textos literários e narrativos também são veículos de reprodução ou de contestação das ideologias linguísticas.

A EF35LP30, ao propor a diferenciação entre discurso direto e indireto com atenção aos efeitos de sentido e ao uso da variação, cria condições para que os alunos reflitam sobre a língua enquanto prática social. Aproxima-se do 2º princípio, ao evidenciar que as formas de fala carregam significados sociais, e do 6º princípio, ao abrir espaço para debates críticos. Contudo, a BNCC apresenta a variação apenas como efeito narrativo, sem explicitar seu caráter constitutivo da língua. Tal lacuna enfraquece a habilidade, que poderia se alinhar de modo mais consistente aos 3º e 5º princípios, ao reafirmar a variação como componente estrutural e ao incentivar análises interpretativas de uso real da língua.

A habilidade EF05LP21 representa um avanço importante ao trazer para a sala de aula práticas digitais contemporâneas, como a análise de vlogs, destacando recursos multimodais, entonação e registro linguístico. Conecta-se ao 4º princípio, pela valorização das práticas de letramento, e ao 6º princípio, pela possibilidade de reflexões críticas sobre os usos da língua em ambientes digitais. Para o caso desta habilidade, a integração do 2º princípio poderia potencializar a habilidade, ao explorar os valores simbólicos que circulam nas mídias digitais e que frequentemente reproduzem ideologias de prestígio e estigma. A EF69LP07 se destaca por associar a produção textual à adequação contextual e ao uso da variedade linguística apropriada. Essa proposta converge com o 1º princípio, que defende o ensino da linguagem monitorada como estratégia de inclusão, e com o 4º princípio, que enfatiza a importância das práticas de letramento. Seria fundamental explicitar que o ensino da norma-padrão deve servir como ferramenta de mobilidade social e não como critério de exclusão, perspectiva que só se alcança ao articular os seis princípios em conjunto. Isso seria prudente porque, ainda que se saiba que a BNCC não é um documento propositivo, os docentes precisam ter clareza que, para esta habilidade, é de fundamental importância entender que há um risco de ela ser interpretada como mera exigência de correção, reforçando a lógica normativa excludente.

Na EF69LP12, a BNCC propõe integrar a variação ao processo de produção, revisão e edição de textos, considerando a adequação linguística em diferentes contextos. Trata-se de uma habilidade que se relaciona ao 4º princípio, por vincular a língua às práticas de letramento, e ao 6º princípio, ao estimular reflexão crítica. Contudo, corre-se o risco de reduzir a proposta a uma escolha pragmática de variedade “adequada”, sem questionar as relações de poder que legitimam determinadas formas em detrimento de outras. O alinhamento com o 5º princípio poderia contribuir para tornar a prática mais reflexiva, ao incentivar análises etnográficas que permitam aos alunos observarem como essas escolhas se dão em seus próprios contextos sociais.

A EF69LP47 enfatiza a análise de gêneros narrativos, explorando recursos coesivos, escolhas lexicais e variedades linguísticas. Essa habilidade aproxima-se do 2º princípio, por tratar de valores simbólicos, e do 3º princípio, ao inserir a variação em práticas escolares. Contudo, ao restringir-se ao campo narrativo, a BNCC perde a oportunidade de expandir o trabalho para outros gêneros, como textos opinativos ou jornalísticos, nos quais os estigmas e prestígios linguísticos podem tam-



bém ser marcados. Tal expansão permitiria uma maior aproximação ao 6º princípio, conectando a variação às desigualdades sociais e ao discurso público.

Na EF69LP52, o foco está na representação de textos dramáticos e na caracterização de personagens a partir de variedades linguísticas. Essa habilidade é promissora, pois possibilita observar os significados sociais atribuídos à variação em contextos performáticos, articulando-se ao 3º princípio, pela valorização da diversidade, e ao 5º princípio, pela análise interpretativa. Contudo, se não houver orientação crítica, corre-se o risco de reforçar estereótipos linguísticos, associando variedades não padrão a personagens “cômicos” ou “inferiores”, o que contraria os objetivos inclusivos da Sociolinguística Educacional.

A EF69LP55 explicita o reconhecimento das variedades, o conceito de norma-padrão e o preconceito linguístico. Essa habilidade está diretamente vinculada ao 6º princípio, ao promover a consciência crítica sobre desigualdades, e representa um avanço significativo na BNCC. Aqui cabe um alerta importante sobre a relevância das pesquisas desenvolvidas nos Mestrados Profissionais em Letras, que têm desempenhado um papel decisivo na proposição de práticas metodológicas capazes de materializar as orientações da BNCC no contexto escolar. Embora o documento normativo não tenha como função prescrever metodologias — uma vez que seu objetivo é estabelecer competências e habilidades gerais —, cabe à comunidade acadêmica e, em especial, aos programas de pós-graduação voltados à formação de professores, a responsabilidade de elaborar, testar e disseminar propostas pedagógicas concretas que traduzam essas diretrizes em ações efetivas. Os trabalhos desenvolvidos nesses programas têm contribuído para aproximar teoria e prática, ao propor sequências didáticas, jogos pedagógicos, projetos de intervenção e atividades de análise linguística que operacionalizam as habilidades previstas no currículo.

A EF69LP56 trata do uso consciente e reflexivo da norma-padrão em situações específicas. Relaciona-se ao 1º princípio, que defende a linguagem monitorada como instrumento de inclusão social. É uma das habilidades mais relevantes do documento, por reconhecer a função social da norma-padrão. Contudo, se for interpretada apenas como prática prescritiva, pode reforçar a lógica da correção de erros, em vez de ampliar o repertório linguístico dos estudantes. É fundamental que a habilidade seja aplicada de modo a garantir o acesso dos alunos a múltiplas práticas sociais, sem deslegitimar as variedades populares que constituem sua identidade.

A habilidade EF09LP12 aborda os estrangeirismos, vinculando-se ao 2º princípio, pela análise dos valores simbólicos, e ao 6º princípio, pela reflexão crítica sobre o contato linguístico. Apesar disso, poderia ser expandida para incluir debates sobre preconceitos contra usos híbridos e neologismos, ainda presentes em discursos midiáticos. Essa limitação mostra a ausência de maior aproximação com o 3º princípio, que propõe inserir a variação de modo crítico no espaço escolar.

A EM13LGG401, no Ensino Médio, é a mais abrangente, ao propor a análise da língua como fenômeno histórico, político, cultural e social. Essa habilidade dialoga diretamente com todos os princípios da Sociolinguística Educacional, representando um ponto de densidade crítica na BNCC. Contudo, sua efetividade depende da formação docente: sem mediação qualificada, corre-se o risco de limitar-se a uma abordagem meramente teórica, sem impacto transformador na prática escolar.

Na EM13LGG402, o objetivo é empregar variedades de forma adequada em situações comunicativas, sem preconceito. Essa proposta se conecta ao 3º princípio, pela valorização da diversidade, e ao 6º princípio, pela promoção da reflexão crítica. Todavia, falta incentivo explícito ao trabalho investigativo sugerido pelo 5º princípio, que possibilitaria ao estudante compreender, por meio da observação etnográfica, como diferentes variedades circulam e são legitimadas ou estigmatizadas em seus contextos sociais.

A EM13LP09 se destaca por propor a comparação entre gramáticas tradicionais e gramáticas de uso, trazendo uma abordagem crítica do ensino de gramática. Essa habilidade conecta-se ao 5º princípio, pela ênfase na análise interpretativa, e ao 6º princípio, pela crítica às desigualdades geradas pelo ensino exclusivo da norma-padrão. Ainda assim, falta explicitar como essa reflexão pode se traduzir em práticas pedagógicas transformadoras que preparem o aluno para lidar com a heterogeneidade da língua em contextos reais. A EM13LP10 representa o ápice da BNCC no tratamento da variação, ao propor sua análise em múltiplos níveis (fonético, lexical, sintático, semântico, pragmático) e dimensões (regional, social, histórica etc.). Essa habilidade conecta-se de forma integral a todos os seis princípios de Bortoni-Ricardo e constitui um dos pontos mais avançados do documento. O grande desafio, contudo, está na sua aplicação prática: sem materiais adequados e sem a devida formação docente, há risco de permanecer como uma formulação teórica distante da sala de aula.

A EM13LP15 propõe planejar, produzir e revisar textos, considerando variedade linguística e aspectos notacionais. Relaciona-se ao 1º princípio, pela valorização da linguagem monitorada, e ao 4º princípio, pelo vínculo com práticas de letramento. Por fim, a EM13LP16 trata da produção de textos orais, considerando adequação, clareza, variedade e aspectos paralinguísticos. Essa habilidade se articula ao 3º princípio, pela valorização da diversidade, e ao 4º princípio, pelo enfoque na oralidade monitorada. Entretanto, não explicita a relação com o 6º princípio, que permitiria conectar a prática oral às desigualdades sociais e ao preconceito linguístico, promovendo uma reflexão mais abrangente sobre os impactos da variação.

Em síntese, a análise das habilidades da BNCC revela avanços significativos na incorporação da variação linguística ao ensino de Língua Portuguesa, especialmente quando as propostas dialogam com os princípios da Sociolinguística Educacional. Observa-se um movimento de superação do paradigma normativo, ainda que de forma gradual, ao reconhecer a língua como fenômeno social, plural e historicamente situado. Entretanto, persiste o risco de que muitas habilidades sejam interpretadas de modo restritivo, reduzindo a variação a recurso estilístico ou a mero critério de adequação formal, o que esvazia seu potencial crítico e inclusivo.

A efetividade das propostas depende, portanto, da formação docente e da mediação pedagógica capaz de articular teoria e prática, superando leituras prescritivas e promovendo a reflexão sobre as ideologias linguísticas que sustentam o preconceito e a exclusão. Nessa perspectiva, os Mestrados Profissionais em Letras assumem papel central, ao desenvolver e disseminar práticas que materializam os princípios sociolinguísticos no cotidiano escolar, por meio de jogos pedagógicos, projetos de intervenção e atividades de análise linguística crítica. Assim, para que as habilidades

da BNCC contribuam de forma efetiva para a formação linguística e cidadã dos estudantes, é indispensável que sejam trabalhadas sob uma abordagem que integre os seis princípios da Sociolinguística Educacional, compreendendo a variação não como exceção, mas como essência constitutiva da língua e instrumento de emancipação social.

## A BNCC EM EIXOS: PROPONDO ALGUMAS REFLEXÕES

O projeto “Bases para uma pedagogia da variação linguística: língua, variação e valores sociais”, desenvolvido pelos docentes Marcus Garcia de Sene e Fernando Augusto de Lima Oliveira, contempla, entre suas ações, a interlocução sistemática com a formação continuada de professores da educação básica da rede pública de Pernambuco. Nesse contexto, uma das etapas centrais da investigação consistiu na análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de identificar as habilidades de Língua Portuguesa que abordam a variação linguística de forma direta e indireta. Conforme discutido na seção anterior, tal levantamento permitiu mapear a presença do tema ao longo da Educação Básica, evidenciando diferentes modos de abordagem da heterogeneidade linguística no documento normativo.

A partir desse mapeamento, o projeto passou a enfrentar o desafio de sistematizar as habilidades identificadas em eixos de aproximação conceitual e pedagógica. Essa opção metodológica justifica-se, primeiramente, pela necessidade de conferir maior inteligibilidade ao conjunto de habilidades, evitando leituras fragmentadas e desarticuladas do texto curricular. Além disso, a organização em eixos constitui uma estratégia fundamental para a transposição dos saberes científicos para os saberes escolares (Oliveira, 2024), na medida em que favorece a compreensão, por parte dos docentes em formação, das relações entre língua, variação e valores sociais.

Ao estruturar as habilidades de modo integrado, o projeto busca assegurar que os conhecimentos sociolinguísticos não sejam apresentados de forma isolada ou residual, mas como princípios articuladores de uma pedagogia da variação linguística comprometida com a formação crítica e reflexiva de professores. Para fins de sistematização analítica, as habilidades de Língua Portuguesa da BNCC relacionadas à variação linguística foram organizadas em quatro eixos articuladores: (1) reconhecimento e valorização da diversidade linguística; (2) análise dos efeitos de sentido da variação nos discursos; (3) uso adequado e consciente das variedades nos gêneros e situações comunicativas; e (4) reflexão crítica sobre normas, gramáticas e ideologias linguísticas.

Os quatro eixos propostos organizam as habilidades da BNCC a partir de uma concepção de língua ancorada nos pressupostos da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2024; 2025) e da Pedagogia da Variação Linguística (Faraco, Zilles, 2015), que compreendem a linguagem como fenômeno heterogêneo, socialmente situado e atravessado por valores e ideologias. O primeiro eixo destaca o reconhecimento e a valorização da diversidade linguística como condição fundamental para o enfrentamento do preconceito linguístico, entendendo que as diferentes variedades constituem formas legítimas de uso e que sua desvalorização decorre de processos históricos e sociais

de hierarquização. O segundo eixo desloca o tratamento da variação do plano estritamente formal para o plano discursivo, concebendo-a como recurso semântico-pragmático por meio do qual sentidos, identidades e posicionamentos sociais são construídos nos gêneros e nas práticas discursivas, em consonância com uma perspectiva sociolinguística socialmente constituída.

O terceiro eixo centra-se no uso adequado e consciente das variedades linguísticas nos contextos de interação, articulando a noção de adequação comunicativa à reflexão crítica sobre as condições sociais que regulam e legitimam determinadas escolhas linguísticas, conforme defendido pela Sociolinguística Educacional. Por fim, o quarto eixo explicita o caráter político do ensino de Língua Portuguesa ao promover a análise crítica das normas, das gramáticas e das ideologias linguísticas, evidenciando que a norma-padrão não é neutra, mas socialmente construída, e contribuindo para o empoderamento linguístico dos sujeitos e para a formação de professores comprometidos com uma educação linguística crítica e socialmente responsável.

A organização desses eixos buscou superar uma leitura meramente listada ou descritiva das habilidades, permitindo evidenciar regularidades, tensões e lacunas no tratamento da variação linguística na BNCC, bem como oferecer subsídios para a transposição dos saberes sociolinguísticos em práticas pedagógicas articuladas e socialmente comprometidas.

O primeiro eixo concentra as habilidades que mobilizam a escuta, a observação e o reconhecimento das variedades linguísticas como fenômeno legítimo da língua, bem como o enfrentamento explícito do preconceito linguístico. Inserem-se aqui habilidades como EF35LP11, EF69LP55, EM13LGG401 e EM13LP10, pois todas partem do princípio de que não é possível intervir pedagogicamente na variação sem que o estudante compreenda a língua como fenômeno heterogêneo, histórico, social e ideologicamente marcado. O segundo eixo reúne habilidades que articulam variação linguística, escolhas lexicais, verbos de enunciação, tipos de discurso e caracterização de personagens, como EF35LP22, EF35LP30, EF69LP47 e EF09LP12. O fundamento desse eixo está no entendimento de que a variação não é apenas um “traço da fala”, mas um recurso semântico-pragmático e discursivo produtor de sentidos, identidades e posicionamentos sociais. A compreensão desses dois eixos é o primeiro passo para tirar o professor daquele conhecimento superficial de que variação linguística concentra-se na variação lexical.

O terceiro eixo situa habilidades que exigem do estudante a capacidade de selecionar variedades e registros conforme gênero, situação comunicativa e objetivos discursivos, como EF05LP21, EF69LP07, EF69LP12, EF69LP52, EF69LP56, EM13LGG402, EM13LP15 e EM13LP16. Esse eixo se justifica pela necessidade de deslocar o ensino da norma padrão de uma lógica prescritiva para uma lógica funcional e contextualizada, alinhada à noção de adequação e não de correção absoluta. Por fim, o quarto eixo pode tratar-se de um eixo mais explicitamente metalinguístico e político, no qual se inserem habilidades como EM13LP09, que propõem a comparação entre gramática tradicional e gramáticas de uso, e a análise das razões históricas, sociais e institucionais que sustentam a centralidade da norma-padrão na escola. Esse eixo é central para uma pedagogia da variação porque explicita os mecanismos de legitimação e hierarquização das variedades linguísticas.

## A TRILHA FORMATIVA PARA O EMPODERAMENTO DOCENTE

A implementação de uma educação linguística plural, crítica e inclusiva requer que os itinerários formativos docentes avancem para além da atualização técnica ou do cumprimento burocrático de normativas curriculares. Para que os princípios da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005) e da Pedagogia da Variação Linguística (Zilles; Faraco, 2015) se efetivem nas práticas pedagógicas, é necessário articular, de forma sistemática e reflexiva, os saberes científicos da sociolinguística aos saberes construídos no chão da escola. É nessa direção que o projeto “*Bases para uma pedagogia da variação linguística: língua, variação e valores sociais*” (Sene, Oliveira, 2024) propõe-se, nesse horizonte, uma trilha formativa estruturada em quatro etapas interdependentes, voltadas à formação de professores capazes de tensionar o currículo prescrito, ressignificar suas práticas e promover justiça linguística em suas comunidades escolares.

A primeira etapa visa à **desconstrução dos mitos linguísticos normativos**, com foco na crítica à naturalização da superioridade da norma-padrão e na revelação das estruturas ideológicas que sustentam o preconceito linguístico. Aqui, o trabalho formativo deve mobilizar análises de textos escolares, produções midiáticas e materiais didáticos que perpetuam visões hierarquizadas da linguagem, articulando essas leituras a referenciais críticos, como os de Faraco (2008), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Sene e Silva (2022), Cavalcanti (2015). Trata-se de desestabilizar a crença no “erro” como desvio e de abrir espaço para a reflexão sobre os usos legítimos das variedades linguísticas.

A segunda etapa propõe a **formação teórica sobre os fundamentos e os condicionantes da variação linguística**, em suas múltiplas dimensões — fonológica, morfossintática, lexical, discursiva e pragmática —, com ênfase na sua natureza social e histórica. O estudo de pesquisas empíricas, entrevistas com falantes de diferentes contextos e a análise de corpus autênticos, tornam-se estratégias fundamentais para aproximar os docentes da diversidade linguística real dos sujeitos escolares, valorizando o repertório sociolinguístico dos alunos como ponto de partida para o ensino.

A **terceira etapa** busca integrar os saberes linguísticos acadêmicos aos saberes escolares, por meio do planejamento de práticas pedagógicas baseadas nos documentos orientadores (BNCC, PCNs, currículos estaduais), mas também comprometidas com os princípios da equidade e da representatividade linguística. A elaboração de sequências didáticas interseccionais, que problematizem linguagem, identidade, variação, significado social, território e poder, contribui para o fortalecimento de uma abordagem formativa que reconheça o professor como intelectual transformador.

A **etapa final da trilha** envolve o planejamento, aplicação e análise de práticas pedagógicas inclusivas e emancipadoras, inspiradas na pedagogia da variação. Recomenda-se o desenvolvimento de atividades como rodas de conversa sobre experiências linguísticas pessoais, oficinas de reescrita crítica de textos normativos, leitura comentada de narrativas que tematizam o preconceito linguístico, jogos sociolinguísticos investigativos e projetos de valorização das falas locais e escolares. Tais práticas devem ser registradas, avaliadas e socializadas como experiências formativas que realimentam o percurso docente e ampliam o repertório metodológico crítico.

A consolidação de uma pedagogia linguística crítica pressupõe o deslocamento do professor



de um lugar reprodutor da norma para uma atuação como sujeito epistêmico ativo, que compreende os usos da linguagem como práticas culturais, políticas e situadas. No marco da Sociolinguística Educacional, o empoderamento docente não se resume à aquisição de conteúdos técnicos, mas implica a formação de uma consciência linguística crítica, capaz de transformar a escola em espaço de legitimação dos múltiplos modos de falar e significar o mundo.

Para que tal transformação se efetive no cotidiano escolar, é imprescindível garantir o acesso a materiais didáticos que problematizem a hegemonia da norma-padrão e promovam a pluralidade linguística como princípio educativo. Isso exige não apenas a revisão da seleção textual — com a inclusão de autores e autoras de diferentes origens linguístico-culturais —, mas também a produção de atividades que estimulem a análise crítica dos discursos e a superação de práticas pedagógicas baseadas exclusivamente na correção normativa (Sene, Oliveira, 2024).

Contudo, tão importante quanto a curadoria dos materiais é o entendimento do que se deve transpor e como fazê-lo no espaço escolar. A transposição dos saberes sociolinguísticos não pode se restringir a uma abordagem folclórica da variação, como se esta fosse apenas uma curiosidade regional ou coloquial. É necessário que os conhecimentos sobre a variação linguística sejam apresentados como parte constitutiva da competência comunicativa (Hymes, 1972) e da cidadania crítica (Sene, Silva, 2022), o que implica reconhecer os falares populares como legítimos e historicamente construídos.

Essa transposição crítica só será efetiva se for sustentada por políticas de formação docente — tanto inicial quanto continuada — que contemplem a Sociolinguística como eixo formativo. Como destacam Bortoni-Ricardo (2005) e Faraco (2008), apenas professores devidamente preparados para compreender a linguagem em sua dimensão política, social e identitária poderão operar o deslocamento necessário entre a descrição científica da língua e sua apropriação escolar. É nesse movimento que a Pedagogia da Variação Linguística se consolida como estratégia pedagógica e ética, capaz de romper com a monocultura normativa e de instituir, no ambiente escolar, práticas linguísticas democráticas, críticas e inclusivas.

Ao reconhecer-se como agente de transformação social e linguística, o professor potencializa sua capacidade de mediar conflitos simbólicos, tensionar desigualdades historicamente estabelecidas e produzir mudanças concretas na forma como seus estudantes compreendem e vivem a linguagem. Nesse sentido, a sala de aula passa a ser compreendida não apenas como um espaço de ensino, mas como território de disputa de sentidos, de afirmação de identidades e de construção de novos horizontes de cidadania linguística (Bucholtz; Casillas; Lee, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste artigo reafirma que a BNCC representa um avanço importante ao incorporar, de modo explícito, a variação linguística como objeto de reflexão e como componente constitutivo do ensino de Língua Portuguesa ao longo de toda a Educação Básica. As competências e ha-



bilidades mapeadas evidenciam um deslocamento, ainda que gradual, do paradigma estritamente normativo para uma compreensão mais ampliada da língua como fenômeno histórico, social, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, com menções diretas ao enfrentamento do preconceito linguístico e à tematização de valores atribuídos às variedades de prestígio e estigmatizadas. Entretanto, a análise documental também demonstrou que parte significativa dessas orientações apresenta formulações generalistas e, em certos casos, ambíguas, o que pode favorecer leituras prescritivas, reducionistas ou meramente “adequacionistas” do fenômeno, sobretudo quando não se explicitam de maneira suficiente as relações de poder que sustentam a hierarquização linguística.

À luz dos pressupostos da Sociolinguística Educacional e da Pedagogia da Variação Linguística, argumenta-se que a efetividade curricular do tratamento da variação depende menos da mera presença do tema no documento e mais das condições de transposição didática e de mediação pedagógica que o docente é capaz de construir no cotidiano escolar. Nesse sentido, a BNCC deve ser tomada como referência normativa, mas não como garantia de práticas inclusivas: sem formação docente crítica e sem instrumentos teórico-metodológicos adequados, habilidades potencialmente emancipadoras podem ser reapropriadas pela lógica tradicional de correção, reforçando o mito da homogeneidade linguística e o regime de legitimidade centrado na norma-padrão.

Como contribuição propositiva, o estudo sustentou que a organização das habilidades em quatro eixos articuladores — reconhecimento e valorização da diversidade linguística; análise de efeitos de sentido; uso consciente e contextualizado das variedades; e reflexão crítica sobre normas e ideologias — amplia a inteligibilidade do documento, reduz a fragmentação interpretativa e favorece encaminhamentos pedagógicos coerentes com uma educação linguística democrática.

A proposição de uma trilha formativa docente voltada à apropriação crítica da diversidade linguística surge como uma resposta estratégica a esse desafio. Essa trilha, composta por etapas que vão da desconstrução de mitos até a elaboração e aplicação de práticas pedagógicas inclusivas, não deve ser entendida apenas como um plano formativo, mas como um compromisso político-pedagógico com a justiça linguística e a equidade educacional. Ao integrar os saberes científicos aos saberes escolares e valorizar os repertórios linguísticos dos estudantes, essa formação promove a ressignificação do papel do professor como sujeito mediador e protagonista na construção de uma educação comprometida com os direitos linguísticos e com a dignidade das múltiplas vozes que compõem o tecido sociolinguístico brasileiro.

O empoderamento docente, portanto, não se limita ao domínio técnico do conteúdo, mas pressupõe o cultivo de uma consciência linguística crítica que permita ao professor atuar como agente de transformação social. Isso demanda políticas públicas de formação inicial e continuada que articulem teoria, prática e engajamento político, rompendo com modelos prescritivos e autoritários de ensino (Bortoni-Ricardo, Dettoni, 2001; Sene, Silva, 2022). Além disso, é imprescindível garantir o acesso a materiais didáticos que não apenas tematizem a variação, mas que sejam concebidos a partir de uma lógica inclusiva, representativa e problematizadora — incorporando autores de diferentes origens, práticas de análise crítica dos discursos e atividades que visem à desconstrução do preconceito.

Ademais, ao defender uma trilha formativa voltada ao empoderamento docente, o artigo enfatiza que a pedagogia da variação não se limita à “tolerância” das diferenças, mas requer práticas sistemáticas de problematização das ideologias normativas e de fortalecimento da consciência sociolinguística dos sujeitos escolares, em direção à justiça sociolinguística. Assim, destaca-se que a BNCC oferece bases relevantes para o trabalho com a variação, mas sua potência formativa só se realiza plenamente quando articulada a processos consistentes de formação docente e a propostas didáticas que transformem o currículo prescrito em experiências pedagógicas críticas, inclusivas e socialmente comprometidas.

Assim, conclui-se que o compromisso da escola com a justiça social e com os direitos linguísticos deve ser materializado em práticas que reconheçam, legitimem e promovam a pluralidade linguística como princípio formativo. O ensino de língua, nessa concepção, transcende o papel de disciplinamento gramatical para assumir uma dimensão política e emancipadora: ensinar língua é ensinar a reconhecer-se na diversidade, a escutar o outro em sua diferença e a construir, coletivamente, uma sociedade mais justa, democrática e linguisticamente plural.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Sheila S. M.; SILVA, Aline M.; SENE, Marcus G. Da pedagogia da libertação ao combate dos mitos sobre o preconceito linguístico: interseccionando saberes. *Iniciação & Formação Docente*, Campinas, v. 9, p. 85-110, 2022.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 55. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BELL, Allan. Succeeding waves: Seeking sociolinguistics theory for the twenty-first century. In: COUPLAND, Nikolas (Org.). *Sociolinguistics: theoretical debates*. New York: Cambridge University Press, 2016.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; DETTONI, Renata V. Diversidades linguísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: COX, Maria Inês Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia de (Orgs.). *Cenas de Sala de Aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 81-103.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós cheguemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BUCHOLTZ, Mary; CASILLAS, Dolores Inés; LEE, Jin Sook. Language and culture as sustenance: multilingual youth in immigrant families. In: FLORES, Nelson; NELSON, Shereen. *The CUNY-NY-SIEB curricular resource*. New York: CUNY-New York State Initiative on Emergent Bilinguals, 2017. Disponível em: <https://pressbooks.cuny.edu/app/uploads/sites/143/2023/04/Language-and-Culture-as-Sustenance-Bucholtz-Casillas-and-Lee-2017.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CARDOSO, Maria S.; SEMECHECHEM, João A. A variação linguística na Base Nacional Comum Curricular: por uma pedagogia da variação linguística nos componentes de língua portuguesa do

ensino fundamental e médio. *Leitura: Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas*, Maceió, v. 66, p. 179-200, 2020.

CAVALCANTI, Marilda C. Línguas ilegítimas em uma visão ampliada de educação linguística. In: ZILLES, Ana Maria S.; FARACO, Carlos Alberto (Orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 287-302.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: PRIDE, John B.; HOLMES, Janet (Orgs.). *Socio-linguistics*. England: Penguin Books, 1972. p. 269-293.

PAZA, Carla Regina Martins; GÖRSKI, Edair. Por una sociolingüística educativa socialmente constituida: el caso de la marca inclusiva de género. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 21, p. 10951-10967, 2025.

SENE, Marcus G.; SILVA, Aline M. O direito à diversidade linguística e a promoção do respeito linguístico. *Revista de Estudos de Cultura*, São Paulo, v. 8, p. 127-158, 2022.

SENE, Marcus Garcia de; OLIVEIRA, Fernando Augusto de Lima. *Bases para uma pedagogia da variação linguística: língua, variação e valores sociais*. Projeto de Pesquisa APQ 4/2024. Universidade de Pernambuco. Disponível em: <https://osf.io/r3h4z/>. DOI: 10.17605/OSF.IO/R3H4. Acesso em: 01 jul. 2025.

ZILLES, Ana Maria S.; FARACO, Carlos Alberto (Orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

**Submissão em: 30/06/2025**

**Aceite em: 08/01/2026**